

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial -	35
---------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações Unidade	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.036.243	683.925
1.01	Ativo Circulante	405.621	177.669
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	140.121	46.697
1.01.02	Aplicações Financeiras	98.243	17.740
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	98.243	17.740
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	98.243	17.740
1.01.03	Contas a Receber	72.776	63.029
1.01.03.01	Clientes	72.776	63.029
1.01.03.01.01	Contas a Receber	71.091	60.990
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	1.685	2.039
1.01.06	Tributos a Recuperar	47.362	2.008
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.769	2.902
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	45.350	45.293
1.01.08.03	Outros	45.350	45.293
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	44.956	44.956
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	13	51
1.01.08.03.04	Outros Créditos	381	286
1.02	Ativo Não Circulante	630.622	506.256
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	54.350	48.941
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.749	1.740
1.02.01.07	Tributos Diferidos	27.853	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	435	777
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	435	777
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	24.313	46.424
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	22.479	44.955
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	1.834	1.469
1.02.03	Imobilizado	18.462	21.702
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.811	18.781
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.651	2.921
1.02.04	Intangível	557.810	435.613
1.02.04.01	Intangíveis	557.810	435.613
1.02.04.01.02	Intangível	511.792	401.315
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	46.018	34.298

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.036.243	683.925
2.01	Passivo Circulante	959.388	410.658
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.904	6.773
2.01.01.01	Obrigações Sociais	904	1.011
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.000	5.762
2.01.02	Fornecedores	13.681	13.401
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.656	13.270
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	25	131
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.618	55.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.886	50.469
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	46.296
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	4.886	4.173
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.732	4.709
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4.732	4.709
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	329.148	314.444
2.01.04.02	Debêntures	329.148	314.444
2.01.05	Outras Obrigações	599.037	20.862
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.188	4.054
2.01.05.02	Outros	595.849	16.808
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.343	1.367
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	9.506	15.441
2.01.05.02.08	Acordo Preliminar	585.000	0
2.02	Passivo Não Circulante	5.154	26.587
2.02.02	Outras Obrigações	1	166
2.02.02.02	Outros	1	166
2.02.02.02.08	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1	166
2.02.03	Tributos Diferidos	0	21.505
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	21.505
2.02.04	Provisões	5.153	4.916
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.153	4.916
2.03	Patrimônio Líquido	71.701	246.680
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	27.988	104.275
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	1.187
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	75.100
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-98.692	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	254.169	490.640	177.770	410.021
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	276.849	535.413	194.411	448.461
3.01.02	Dedução da Receita Bruta	-22.680	-44.773	-16.641	-38.440
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-496.103	-589.977	-97.751	-197.846
3.02.01	Custo de Construção	-14.104	-17.305	-2.360	-4.863
3.02.03	Depreciação e Amortização	-436.786	-483.623	-49.399	-94.348
3.02.04	Custo de Outorga	-15.185	-30.253	-14.124	-29.142
3.02.05	Serviços	-15.126	-30.439	-19.287	-42.421
3.02.06	Custo com Pessoal	-10.510	-19.299	-8.806	-18.494
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.264	-4.891	-2.301	-5.493
3.02.08	Outros	-2.128	-4.167	-1.474	-3.085
3.03	Resultado Bruto	-241.934	-99.337	80.019	212.175
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.124	-29.230	-14.069	-26.618
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.491	-29.613	-14.477	-28.190
3.04.02.01	Serviços	-7.749	-16.059	-7.483	-14.608
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-309	-637	-390	-726
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.969	-4.075	-3.438	-7.666
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-276	-532	-395	-536
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-1.057	-2.782	-1.295	-1.570
3.04.02.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-110	-237	129	742
3.04.02.07	Água, luz, telefone, internet e gás	-577	-1.161	-621	-1.383
3.04.02.08	Provisão para perda esperada - Contas a receber	-67	-116	-11	16
3.04.02.09	Ressarcimento ao usuário	0	0	154	-147
3.04.02.10	Outros	-1.377	-4.014	-1.127	-2.312
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	375	610	441	1.621
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8	-227	-33	-49
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-255.058	-128.567	65.950	185.557
3.06	Resultado Financeiro	-8.782	-19.483	-2.529	-12.741

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.06.01	Receitas Financeiras	1.572	3.185	4.786	7.966
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.354	-22.668	-7.315	-20.707
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-263.840	-148.050	63.421	172.816
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	88.815	49.358	-21.640	-58.956
3.08.01	Corrente	41.646	0	-23.290	-63.013
3.08.02	Diferido	47.169	49.358	1.650	4.057
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-175.025	-98.692	41.781	113.860
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-175.025	-98.692	41.781	113.860
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00673	-0,01193	0,00285	0,00776
3.99.01.02	PN	-0,0074	-0,01312	0,00313	0,00853

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-175.025	-98.692	41.781	113.860
4.03	Resultado Abrangente do Período	-175.025	-98.692	41.781	113.860

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	860.340	229.729
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	381.134	244.852
6.01.01.01	(Prejuízo) Lucro Líquido no Período	-98.692	113.860
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-49.358	-4.057
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	22.476	22.477
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	474.066	85.352
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	10.194	9.722
6.01.01.06	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	120	63
6.01.01.08	Atualização monetária s/ riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	334	299
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures	24.557	17.474
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-3.090	-779
6.01.01.11	Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	1	0
6.01.01.12	Constituição da Provisão p/Devedores Duvidosos	115	0
6.01.01.14	Provisão para Perda Esperada – Contas a Receber	0	-16
6.01.01.15	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	411	453
6.01.01.18	Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	0	4
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	479.206	-15.123
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-10.216	11.521
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	696	163
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-45.337	3.397
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	673	1.530
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	38	-446
6.01.02.07	Fornecedores	279	-2.814
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-866	916
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	966	895
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e provisão para IR e CS	45.899	65.500
6.01.02.11	Liquidação de Provisão de Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	0	-1.494
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	-24	-297
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-5.935	2.886
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-91.459	-96.880
6.01.02.16	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas	-508	0
6.01.02.17	Acordo preliminar	585.000	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-680.776	-140.929
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-1.112	-1.767
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-602.760	-5.792
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	3.608	0
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-80.503	-133.370
6.02.05	Resgates/aplicações(conta reserva)	-9	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-86.140	-92.278
6.03.07	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos de Juros	-9.853	-15.809
6.03.11	Distribuição de Dividendos e JCP	-76.287	-76.469
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	93.424	-3.478
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	46.697	6.591
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	140.121	3.113

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-76.287	0	0	-76.287
5.04.06	Dividendos	0	0	-76.287	0	0	-76.287
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-98.692	0	-98.692
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-98.692	0	-98.692
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	-98.692	0	71.701

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	104.457	0	0	246.862
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	104.457	0	0	246.862
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-76.469	0	0	-76.469
5.04.06	Dividendos	0	0	-76.469	0	0	-76.469
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.860	0	113.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.860	0	113.860
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	113.860	0	284.253

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	538.387	449.256
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	535.413	448.461
7.01.02	Outras Receitas	3.090	779
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-116	16
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-110.323	-73.141
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-37.861	-48.523
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.904	-19.755
7.02.04	Outros	-47.558	-4.863
7.02.04.01	Custo de Construção	-17.305	-4.863
7.02.04.03	Outorga	-30.253	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	428.064	376.115
7.04	Retenções	-484.260	-95.074
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-484.260	-95.074
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-56.196	281.041
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.185	7.966
7.06.02	Receitas Financeiras	3.185	7.966
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-53.011	289.007
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-53.011	289.007
7.08.01	Pessoal	20.674	23.417
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.541	14.892
7.08.01.02	Benefícios	6.893	7.330
7.08.01.03	F.G.T.S.	839	829
7.08.01.04	Outros	401	366
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.675	100.336
7.08.02.01	Federais	-27.651	77.984
7.08.02.02	Estaduais	137	154
7.08.02.03	Municipais	25.839	22.198
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.682	51.394
7.08.03.01	Juros	25.727	21.452
7.08.03.02	Aluguéis	955	800
7.08.03.03	Outras	0	29.142
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-98.692	113.860
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-98.692	113.860

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais (ITR)

Comentários Sobre o Desempenho - 2º trimestre 2021

A ViaOeste (“CCR ViaOeste” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As informações financeiras intermediárias (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2º trimestre de 2020.

- A Receita Líquida Operacional alcançou R\$ 240,1 milhões (36,9%);
- O Prejuízo Líquido atingiu R\$ -175,0 milhões (-518,9%);
- O EBIT atingiu R\$ -255,1 milhões (-486,7%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 193,3 milhões (52,2%).

Indicadores [R\$ MM]	2ºT21	2ºT20	Var.%
Receita Líquida Operacional (*)	240,1	175,4	36,9%
EBIT	-255,1	65,9	-486,7%
Margem EBIT Ajustada (a)	-106,2%	37,6%	-143,8 p.p
EBITDA Ajustado	193,3	127,0	52,2%
Margem EBITDA Ajustada (a)	80,5%	72,4%	8,1 p.p
(Prejuízo) Lucro Líquido	-175,0	41,8	-518,9%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

(a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	2ºT21	2ºT20	Var.%
Veículos Equivalentes	27.937.966	20.652.081	35,3%
Veículos Leves (Eq)	14.982.819	9.975.753	50,2%
Veículos Pesados (Eq)	12.955.147	10.676.328	21,3%

1 – Veq¹ - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+35,3%)

O tráfego consolidado do 2T21 registrou crescimento de 35,3% sobre o 2T20, tendo como principal influência a flexibilização das medidas de isolamento social e decreto de quarentena no Estado de São Paulo que vigoram desde março de 2020 por conta da pandemia do COVID-19.

Veículos de Passeio (+50,2%)

A flexibilização das medidas contra o COVID-19 impactou fortemente a movimentação no tráfego de passeio que registrou crescimento de 50,2% sobre o 2T20.

Comentário do Desempenho

Veículos Comerciais (+21,3%)

A movimentação de veículos comerciais no 2T21 sob influência da flexibilização das medidas contra o COVID-19 registrou crescimento de 21,3% comparada ao 2T20.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita Bruta Operacional [R\$ mil]	2ºT21	2ºT20	Var. %
Receita de Pedágio	257.931	187.771	37,4%
Receitas Acessórias	3.774	3.379	11,7%
Receita de Partes Relacionadas	1.040	901	15,4%
Receita Bruta Operacional	262.745	192.051	36,8%

Receita Bruta de Construção [R\$ mil]	2ºT21	2ºT20	Var. %
Total	14.104	2.360	497,6%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção. Para a Companhia, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os investimentos da Companhia acompanham o Cronograma acordado com o Poder Concedente. Dentre os principais investimentos do 2T21, destacamos os projetos e desapropriações referentes a duplicação da Rodovia Raposo Tavares, entre os km 46+700 ao km 89+700, bem como as obras de duplicação no segmento entre os km 86+900 ao km 89+700.

Receita Bruta Operacional

A Receita Bruta Operacional do 2T21 registrou aumento de 36,8% em relação ao 2T20, influenciada principalmente pela retomada das atividades comerciais no Estado de São Paulo por conta da ligeira melhora da pandemia do COVID-19.

A Receita Líquida Operacional é obtida a partir das deduções dos tributos sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, do recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), de COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja representatividade corresponde a 8,65% sobre a Receita Bruta Operacional.

Custos e Despesas

Custos e Despesas [R\$ mil]	2ºT21	2ºT20	Var. %
Custo de Construção	14.104	2.360	497,6%
Depreciação e Amortização	437.095	49.789	777,9%
Custos da Outorga	15.185	14.124	7,5%
Serviços de Terceiros	22.875	26.770	-14,5%
Custo com Pessoal	12.479	12.244	1,9%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.540	2.696	-5,8%
Outros	4.949	3.837	29,0%
Custos e Despesas	509.227	111.820	355,4%

Comentário do Desempenho

Os custos e despesas totalizaram R\$ 509.227 no 2T21. Os principais fatores que contribuíram para o acréscimo de 355,4% em relação a 2T20, foram:

Custo de construção: Acréscimo de 497,6% no 2T21, comparado com o 2T20. Reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder Concedente.

Depreciação e amortização: Somaram R\$ 437.095 no 2T21. O crescimento de 777,9% em relação ao 2T20 decorre da amortização referente a assinatura do TAM preliminar em 29 de junho de 2021, com o objetivo de eliminar Passivos Jurídicos entre o Estado de São Paulo, ARTESP e CCR ViaOeste, bem como, dos investimentos realizados descritos na seção de investimentos.

Custos da outorga: Inclui a apropriação de despesas antecipadas, que atingiu R\$ 15.185 no 2T21, apresentando aumento de 7,5% em relação a 2T20 em razão do aumento na receita operacional.

Serviços de terceiros: O 2T21 totalizou R\$ 22.875, representando queda de 14,5% em relação ao 2T20. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros.

Custo com pessoal: No 2T21 houve acréscimo de R\$ 0,235 em relação ao 2T20, representando aumento de 1,9% reflexo principalmente do dissídio e utilização da Assistência Médica.

Materiais, equipamentos, veículos e outros: Neste trimestre houve acréscimo de 14,6% em comparação com o 2T20, impactado principalmente pelas despesas relacionadas ao combate à pandemia do COVID-19 e Indenizações Jurídicas.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	2ºT21	2ºT20	Var.%
(Prejuízo) Lucro Líquido	-175,0	41,8	-518,9%
(+) IR/CS	-88,8	21,6	-510,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	8,8	2,5	247,4%
(+) Depreciação e Amortização	437,1	49,8	777,9%
EBITDA (a)	182,0	115,7	57,3%
Margem EBITDA (a)	71,6%	65,1%	6,5 p.p
(+) Despesas Antecipadas (b)	11,2	11,2	0,0%
EBITDA Ajustado	193,3	127,0	52,2%
Margem EBITDA Ajustada (d)	80,5%	72,4%	8,1 p.p

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras intermediárias.

(c) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Comentário do Desempenho

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	2ºT21	2ºT20	Var.%
(Prejuízo) Lucro Líquido	-175,0	41,8	-518,9%
(+) IR/CS	-88,8	21,6	-510,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	8,8	2,5	247,4%
EBIT (a)	-255,1	65,9	-486,7%
Margem EBIT (a)	-100,3%	37,1%	-137,4 p.p
Margem EBIT Ajustada (b)	-106,2%	37,6%	-143,8 p.p

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	2ºT21	2ºT20	Var.%
Despesas Financeiras	-10,4	-7,3	41,6%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	-10,2	-7,2	41,5%
Taxas, Comissões e Outros	-0,2	-0,1	43,5%
Receitas Financeiras	1,6	4,8	-67,2%
Rendimento sobre Aplicações Financ.	1,4	1,7	-18,3%
Outras Receitas Financeiras	0,2	3,1	-94,1%
Resultado Financeiro	-8,8	-2,5	247,4%

O Resultado Financeiro do 2T21 variou 247,4% em relação ao 2T20, principalmente em decorrência do aumento dos indexadores macroeconômico.

2. Investimentos

A Companhia tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello-Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade, bem como atender aos requisitos de investimentos previstos no Contrato de Concessão.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	2ºT21	2ºT20	Var.%
Total de Acidentes	713	484	47,3%
Total de Vítimas	417	270	54,4%

O aumento do número de acidentes e feridos está relacionado à retomada do tráfego no 2T21 em relação ao 2T20, em razão principalmente da flexibilização das medidas de isolamento social e decreto de quarentena no Estado de São Paulo que vigoram desde março de 2020 por conta da pandemia do COVID-19.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Caminhos para a Cidadania - Realizado na Companhia desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. Desde o início, já foram atendidos mais de 700 mil alunos, mais de 24 mil educadores em

Comentário do Desempenho

400 escolas por ano, em 16 municípios do sistema Castello-Raposo. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco alunos do ensino fundamental I das redes públicas de ensino. Em 2021, as atividades estão sendo desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores estão sendo realizados cursos online, com questões pertinentes ao momento de pandemia em que o mundo está vivendo. Para apoio aos alunos foram disponibilizados no site www.caminhosparaacidania.com.br planos de aula que podem ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo.

Estrada para Saúde - Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

Caixola de Histórias para Ler e Ouvir - é um projeto de itinerância virtual de um Encontro de Contação de Histórias em formato de Sarau. Além de criação, edição e distribuição de um livro contendo histórias escritas e gravadas em áudio e ilustrações, valorizando os aspectos geográficos, históricos e lendários dos municípios. Os encontros foram realizados de forma digital contendo parte teórica e prática sobre a arte de contar histórias. O projeto foi realizado nos municípios de Santana de Parnaíba, São Roque e Sorocaba.

Junho Vermelho - Doação de Sangue - Em 2021 ativamos a campanha de doação de sangue internamente, junto aos colaboradores, e tivemos a adesão de 24 pessoas, que realizaram a doação nas unidades da Pro Sangue de Barueri e Osasco, e Colsan Sorocaba.

Barueri Volleyball Club - Formação, treinamento e posterior obtenção de resultados em competição, de atletas na prática de voleibol de alto rendimento, nas categorias sub-19 e sub-21 do Barueri Volleyball Club. A sede do projeto está localizada na cidade de Barueri, porém a equipe jogará por todo o Brasil disputando as competições oficiais do voleibol brasileiro.

5. Considerações Finais

As informações financeiras intermediárias (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

6. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as informações financeiras intermediárias relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2021.

Barueri, 12 de agosto de 2021.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2021

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço das rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), nos termos do Contrato de Concessão CR/003/1998, celebrado com a ARTESP.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 30 de março de 1998. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no Contrato de Concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Acordo Preliminar

Em 29 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1 ao contrato de concessão da Companhia com o Estado de São Paulo, para os seguintes objetos:

- Pagamento do valor total de R\$ 585.000 pela Companhia, decorrente de recálculo dos Termos Aditivos de 2006, reconhecendo, de forma irrevogável e irretratável, a ocorrência de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro em favor do Poder Concedente;
- Reconhecimento, pela Companhia, de responsabilidade de custeio e execução de obras entre os kms 23 e 32 da Rodovia Castello Branco e de obras de duplicação da Rodovia Lívio Tagliassachi, entre o município de São Roque e a Rodovia Castello Branco;
- Foram preservados os prazos de vigência do contrato de concessão da Companhia estabelecido no TAM de 2006 e subsequentes; e
- Comprometimento por parte do Poder Concedente de avaliar tecnicamente a inclusão de obras adicionais ao contrato da Companhia, passíveis de reequilíbrio com extensão do prazo de concessão.

O acordo implica no encerramento das ações judiciais por parte do Poder Concedente e da Companhia, descritas na nota explicativa 1.3, relativamente às demandas de anulação do TAM 2006 e dos reajustes tarifários de 2013 e 2014. Além disso, ficou estabelecido o IPCA como índice de reajuste da tarifa a partir de 2022. O pagamento de R\$ 585.000, realizado em 14 de julho de 2021, foi considerado condição de eficácia para celebração do referido acordo.

Notas Explicativas

Está definido o prazo de nove meses contados da data de assinatura do acordo, para a ARTESP confirmar os cálculos dos desequilíbrios econômico-financeiros favoráveis tanto ao Poder Concedente quanto à Concessionária, observando as premissas, diretrizes e metodologias de cálculo previstas no instrumento.

1.1. Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, sendo R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor original de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, conseqüentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nesta ITR.

A Companhia e sua Controladora CCR S.A. continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

1.2. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido a incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

Notas Explicativas

1.3. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

O Estado de São Paulo e a Companhia discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 14/06 (“TAM”), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, a Companhia requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Aguarda-se a homologação das renúncias e encerramento dos processos judiciais.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos em 2014, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pela Companhia e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Notas Explicativas

Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1016978-80.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora CCR em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concess. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia contemplam ajustes decorrentes destes processos.

2. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2021, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 553.766, substancialmente compostos pelo Acordo Preliminar e debêntures a pagar, detalhado na nota explicativa nº 1 e 13 respectivamente. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados e obrigações firmadas no acordo da Companhia com o Estado de São Paulo. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	3.977	5.279
Fundos de investimentos	136.144	41.418
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>140.121</u>	<u>46.697</u>

Aplicações financeiras

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	98.243	17.740
Total - Circulante	<u>98.243</u>	<u>17.740</u>
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (a)	1.749	1.740
Total - Não Circulante	<u>1.749</u>	<u>1.740</u>
Total - Aplicações financeiras	<u>99.992</u>	<u>19.480</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,94% do CDI, equivalente a 2,59% ao ano (96,33% do CDI, equivalente a 2,67% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

(a) Refere-se a conta reserva para a compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

7. Contas a receber

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico (a)	70.257	60.214
Receitas acessórias (b)	1.075	902
	71.332	61.116
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(241)	(126)
	<u>71.091</u>	<u>60.990</u>

Notas Explicativas

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos a vencer	71.015	60.932
Créditos vencidos até 60 dias	15	58
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	61	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	99	67
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>142</u>	<u>59</u>
	<u><u>71.332</u></u>	<u><u>61.116</u></u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/04/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2020 a 30/06/2020</u>
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(263.840)	(148.050)	63.421	172.816
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	89.706	50.337	(21.563)	(58.757)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(810)	(923)	(185)	(380)
Incentivo relativo ao imposto de renda	(17)	-	245	494
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(58)	(57)	(143)	(325)
IR e CS não constituídos s/ prejuízo fiscais e diferenças temporárias	(44.151)	(44.151)	-	-
Outros ajustes tributários	(6)	-	6	12
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>44.664</u>	<u>5.206</u>	<u>(21.640)</u>	<u>(58.956)</u>
Impostos correntes	41.646	-	(23.290)	(63.013)
Impostos diferidos	<u>47.169</u>	<u>49.358</u>	<u>1.650</u>	<u>4.057</u>
	<u><u>88.815</u></u>	<u><u>49.358</u></u>	<u><u>(21.640)</u></u>	<u><u>(58.956)</u></u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,66%</u>	<u>33,34%</u>	<u>34,12%</u>	<u>34,11%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2020	Reconhecido no resultado	30/06/2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	44.951	44.951	44.951	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	177	125	302	302	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	43	39	82	82	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.671	82	1.753	1.753	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(23.724)	4.175	(19.549)	12.722	(32.271)
Provisão para perda de investimentos	72	(60)	12	12	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	271	271	271	-
Outros	256	(225)	31	31	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(21.505)	49.358	27.853	60.124	(32.271)
Compensação de imposto	-	-	-	(32.271)	32.271
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(21.505)	49.358	27.853	27.853	-

	31/12/2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 30/06/2020		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.135	(761)	374	374	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	9	(5)	4	4	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	2.173	(252)	1.921	1.921	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(33.298)	4.959	(28.339)	12.722	(41.061)
Outros	145	116	261	261	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(29.836)	4.057	(25.779)	15.282	(41.061)
Compensação de imposto	-	-	-	(15.282)	15.282
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(29.836)	4.057	(25.779)	-	(25.779)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.
- (b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social em 2021.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	3.297	3.297	164.817	41.659	168.114	44.956

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Não Circulante	1.649	3.297	82.409	41.658	84.058	44.955

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2021, foram apropriadas ao resultado o montante de R\$ 22.476 (R\$ 22.477 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

Notas Explicativas

- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	01/01/2021 a 30/06/2021		30/06/2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo	Passivo
Contas a receber			Fornecedores e contas a pagar	
Controladora indireta				
CCR	7.027 (a)	-	-	1.099 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	13.398 (e)	-	-	2.028 (d)
AutoBAn	-	-	3 (d)	6 (d)
Samm	149 (f)	2.073 (c)	2.093 (c)	25 (d)
RodoAnel Oeste	-	-	15 (b)	14 (d)
SP Vias	-	-	7 (d)	6 (d)
Instituto CCR	527 (g)	-	-	-
ViaMobilidade	-	-	2	10
Total	21.101	2.073	2.120	3.188

	Transações			
	01/04/2021 a 30/06/2021		01/04/2020 a 30/06/2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas
Controladora indireta				
CCR	3.513 (a)	-	3.377 (a)	-
Outras partes relacionadas				
CPC	6.919 (e)	-	8.217 (e)	-
Samm	74 (f)	1.040 (c)	129 (f)	901 (c)
Instituto CCR	527 (g)	-	-	-
	11.033	1.040	11.723	901

Notas Explicativas

	Transações		Saldos	
	01/01/2020 a 30/06/2020		31/12/2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
Infra SP	-	-	9 (d)	12 (d)
Controladora indireta				
CCR	6.754 (a)	-	21 (d)	1.072 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	16.048 (e)	-	121 (d)	2.663 (d) (e)
Samm	258 (f)	1.721 (c)	2.461 (c)	57 (d) (f)
RodoAnel Oeste	-	-	36 (d)	40 (d)
SPVias	-	-	76 (d)	3 (d)
CIIS	-	-	13 (d)	17 (d)
Renovias	-	-	16 (d)	4 (d)
ViaMobilidade	-	-	10 (d)	18 (d)
CCR ViaSul	-	-	1 (d)	-
LamVias	-	-	52 (d)	168 (d)
	<u>23.060</u>	<u>1.721</u>	<u>2.816</u>	<u>4.054</u>

Despesas com profissionais chave da Administração

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Remuneração (h):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	-	-	190	453
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	313	626	158	315
Complemento/ (Reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	(113)	(113)	156	156
Previdência privada	-	-	10	22
Seguro de vida	-	-	-	1
	<u>200</u>	<u>513</u>	<u>514</u>	<u>947</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	30/06/2021	31/12/2020
Remuneração dos administradores (h)	626	181

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujo valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao faturamento;
- (b) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR; e
- (c) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Notas Explicativas

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		30/06/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		4.250	-	(91)	12	-	4.171
Máquinas e equipamentos		32.243	-	(368)	151	-	32.026
Veículos		12.034	-	(557)	8	-	11.485
Instalações e edificações		401	-	-	-	-	401
Terrenos		4.722	-	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais		82.502	-	(4)	1.651	(5)	84.144
Imobilizado em andamento		2.921	1.323	(7)	(1.586)	-	2.651
Total custo		139.073	1.323	(1.027)	236	(5)	139.600
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	18	(3.772)	(133)	80	-	-	(3.825)
Máquinas e equipamentos	18	(27.908)	(1.424)	327	-	-	(29.005)
Veículos	30	(8.712)	(1.032)	557	-	-	(9.187)
Instalações e edificações	14	(385)	(6)	-	-	-	(391)
Equipamentos operacionais	24	(76.594)	(2.140)	4	-	-	(78.730)
Total depreciação		(117.371)	(4.735)	968	-	-	(121.138)
Total geral		21.702	(3.412)	(59)	236	(5)	18.462

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2019		31/12/2020			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		4.131	-	(15)	134	-	4.250
Máquinas e equipamentos		31.628	-	(260)	875	-	32.243
Veículos		13.839	-	(2.838)	1.033	-	12.034
Instalações e edificações		390	-	-	11	-	401
Terrenos		4.722	-	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais		82.413	-	(231)	332	(12)	82.502
Imobilizado em andamento		2.356	2.524	(25)	(1.934)	-	2.921
Total custo		139.479	2.524	(3.369)	451	(12)	139.073
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	17	(3.464)	(321)	13	-	-	(3.772)
Máquinas e equipamentos	18	(24.367)	(3.779)	238	-	-	(27.908)
Veículos	29	(9.534)	(1.984)	2.806	-	-	(8.712)
Instalações e edificações	13	(374)	(11)	-	-	-	(385)
Equipamentos operacionais	24	(68.824)	(8.000)	230	-	-	(76.594)
Total depreciação		(106.563)	(14.095)	3.287	-	-	(117.371)
Total geral		32.916	(11.571)	(82)	451	(12)	21.702

- (a) Reclassificação entre ativo imobilizado e ativo intangível;
 (b) No semestre findo em 30 de junho de 2021 o valor refere-se a crédito de IRRF. Em 2020, a baixa de caução; e

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 211 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 60 no semestre findo em 30 de junho de 2020). A taxa média de capitalização nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foi de 0,43% a.m. e de 0,32% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		30/06/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.539.417	585.000 (d)	-	8.204	(3.608)	2.129.013
Direitos de uso de sistemas informatizados		15.065	-	-	-	(12)	15.053
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		3.328	715	(61)	(236)	-	3.746
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		1.353	-	-	-	-	1.353
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios		251.709	-	-	-	-	251.709
Total custo		1.810.872	585.715	(61)	7.968	(3.620)	2.400.874
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.185.821)	(469.001) (d)	-	-	-	(1.654.822)
Direitos de uso de sistemas informatizados	31	(13.779)	(330)	-	-	-	(14.109)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		(1.353)	-	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios (b)	(*)	(208.604)	(10.194)	-	-	-	(218.798)
Total amortização		(1.409.557)	(479.525)	-	-	-	(1.889.082)
Total intangível		401.315	106.190	(61)	7.968	(3.620)	511.792
Intangível em construção		34.298	19.924	-	(8.204)	-	46.018

Notas Explicativas

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2019		31/12/2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.524.718	23	14.685	(9)	1.539.417
Direitos de uso de sistemas informatizados		14.598	-	467	-	15.065
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.499	2.747	(918)	-	3.328
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		1.353	-	-	-	1.353
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios		251.709	-	-	-	251.709
Total custo		1.793.877	2.770	14.234	(9)	1.810.872
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.025.288)	(160.533)	-	-	(1.185.821)
Direitos de uso de sistemas informatizados	30	(12.855)	(924)	-	-	(13.779)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	-	(1.353)	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	(*)	(188.505)	(20.099)	-	-	(208.604)
Total amortização		(1.228.001)	(181.556)	-	-	(1.409.557)
Total intangível		565.876	(178.786)	14.234	(9)	401.315
Intangível em construção		30.364	18.619	(14.685)	-	34.298

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (a) Reclassificação entre ativo imobilizado e ativo intangível
- (b) Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005;
- (c) No semestre findo em 30 de junho de 2021 o valor de R\$ 3.608 refere-se a desapropriações e R\$ 12 refere-se a crédito de IRRF. Em 2020, refere-se a desapropriações; e
- (d) Refere-se ao pagamento de R\$ 585.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo n° 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início do prazo estendido da concessão definidos nos TAM de 2006 e subsequente, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 385.022, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto que a parcela remanescente de R\$ 199.978, será amortizada até o prazo final da concessão.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.879 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 719 no semestre findo em 30 de junho de 2020). A taxa média de capitalização nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foi de 0,43% a.m. e de 0,32% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos (a)	Saldo dos custos a apropriar em 30/06/2021	Vencimento final	30/06/2021	31/12/2020
6ª Emissão - Série única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313%	3.706	356	Novembro de 2021	329.148	314.444 (b)(c)
Total geral						329.148	314.444
Circulante							
Debêntures						329.504	315.214
Custo de transação						(356)	(770)
						329.148	314.444

- (a) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- (c) Garantia real.

Notas Explicativas

Não existem cláusulas de repactuação. Neste semestre findo em 30 de junho de 2021, não ocorreu nenhuma operação.

Neste semestre findo em 30 de junho de 2021, ocorreu pagamento de juros no valor de R\$ 9.853 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram pagamentos de principal, novas captações ou liquidações de debêntures. Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2020		30/06/2021			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização de bases processuais e monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	2.369	310	(15)	214	(300)	2.578
Trabalhistas e previdenciários	2.547	142	(26)	120	(208)	2.575
	<u>4.916</u>	<u>452</u>	<u>(41)</u>	<u>334</u>	<u>(508)</u>	<u>5.153</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/06/2021	31/12/2020
Cíveis e administrativos	611	235
Trabalhistas	637	453
	<u>1.248</u>	<u>688</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2021 é de R\$ 4.642 (R\$ 4.098 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

15. Patrimônio Líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2020 a 30/06/2020
Numerador				
(Prejuízo) Lucro líquido	(175.025)	(98.692)	41.781	113.860
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
(Prejuízo) Lucro por ação ordinária - básico e diluído	(0,00673)	(0,01193)	0,00285	0,00776
(Prejuízo) Lucro por ação preferencial - básico e diluído - (a)	(0,00740)	(0,01312)	0,00313	0,00853

(a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 10% maior que às ações ordinárias.

b. Dividendos

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 05 de abril de 2021, foram aprovados o pagamentos de dividendos no montante de R\$ 75.100, correspondentes a R\$ 5,11750958563 por ação ordinária, e R\$ 5,62926054477 por ação preferencial e o saldo constituído como “Reserva de Retenção de Lucros” em 31 de dezembro de 2020, foi também, distribuído como dividendos adicionais no montante de R\$ 1.187.057,39, correspondente a R\$ 0,08088918151 por ação ordinária e R\$ 0,08897810081 por ação preferencial. Ambos os pagamentos ocorreram em 26 de abril de 2021.

16. Receitas operacionais

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receitas de pedágio	257.931	508.082	187.771	434.802
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	14.104	17.305	2.360	4.863
Receitas acessórias	3.774	7.953	3.379	7.075
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	1.040	2.073	901	1.721
Receita bruta	276.849	535.413	194.411	448.461
Impostos sobre receitas	(22.680)	(44.773)	(16.641)	(38.440)
Deduções da receita bruta	(22.680)	(44.773)	(16.641)	(38.440)
Receita operacional líquida	254.169	490.640	177.770	410.021

Notas Explicativas

17. Resultado financeiro

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2021 a 30/06/2021
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(5.222)	(10.297)	(7.376)	(15.863)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.526	3.090	170	779
Variação monetária sobre debêntures	(6.502)	(15.185)	-	(5.385)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(1)	(4)	(1)	(9)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(155)	(272)	(108)	(229)
	<u>(10.354)</u>	<u>(22.668)</u>	<u>(7.315)</u>	<u>(20.707)</u>
Receitas financeiras				
Variação monetária sobre empréstimos e debêntures	-	925	2.848	3.774
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.387	1.869	1.698	3.697
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	2	3	-	5
Juros e outras receitas financeiras	183	388	240	490
	<u>1.572</u>	<u>3.185</u>	<u>4.786</u>	<u>7.966</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(8.782)</u>	<u>(19.483)</u>	<u>(2.529)</u>	<u>(12.741)</u>

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2021			31/12/2020		
	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	3.977	-	-	5.279	-	-
Aplicações financeiras	234.387	-	-	59.158	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	1.749	-	-	1.740	-	-
Contas a receber	-	71.091	-	-	60.990	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.120	-	-	2.816	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(329.148)	-	-	(314.444)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(23.187)	-	-	(28.842)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(3.188)	-	-	(4.054)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(586.343)	-	-	(1.367)
	<u>240.113</u>	<u>73.211</u>	<u>(941.866)</u>	<u>66.177</u>	<u>63.806</u>	<u>(348.707)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculados – conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações financeiras intermediárias, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

Notas Explicativas

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamentos específicos.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>30/06/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures (a) (b)	329.504	337.749	315.214	337.088

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	236.136	60.898
Debêntures a pagar	329.148	314.444

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Notas Explicativas

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Novembro de 2021	329.504	(17.855)	(20.341)	(22.798)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁶⁾	CDI ⁽²⁾		234.387	9.512	11.889	14.265
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(8.343)</u>	<u>(8.452)</u>	<u>(8.533)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			4,15%	3,11%	2,08%
	IPC-A ⁽³⁾			8,35%	10,44%	12,53%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/06/2021, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/06/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA);
- (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga Variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 7.801, referente ao direito de outorga variável (R\$ 6.962 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

Notas Explicativas

b. Compromissos relativos à concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia. Em 30 de junho de 2021 esses compromissos estimados em R\$ 957.282 (R\$ 358.811 em 31 de dezembro de 2020), os valores incluem os investimentos formalizados no Acordo Preliminar em 29 de junho de 2021. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 30 de junho de 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/06/2021</u>
Impostos a recuperar	(17)
Acordo preliminar	<u>585.000</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>584.983</u>
Adições ao ativo intangível	(585.000)
Outros de imobilizado	<u>17</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(584.983)</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Aplicações financeiras</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(314.444)	-	1.740	(312.704)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamento de juros	9.853	-	-	9.853
Aplicações (conta reserva)	-	-	9	9
Dividendos pagos	-	<u>76.287</u>	-	<u>76.287</u>
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>9.853</u>	<u>76.287</u>	<u>9</u>	<u>86.149</u>
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária	(24.557)	-	-	(24.557)
Outras variações que não afetaram caixa	-	<u>(76.287)</u>	-	<u>(76.287)</u>
Total das outras variações	<u>(24.557)</u>	<u>(76.287)</u>	-	<u>(100.844)</u>
Saldo Final	<u>(329.148)</u>	<u>-</u>	<u>1.749</u>	<u>(327.399)</u>

Notas Explicativas

21. Eventos subsequentes

- **Debêntures**

Em 7 de julho de 2021, ocorreu a 8ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 450.000, vencimento em 7 de julho de 2023, com remuneração de CDI + 1,35% a.a.. Os juros serão pagos semestralmente e o principal no vencimento. Esta emissão conta com fiança corporativa da acionista CCR S/A.

Dentre as principais cláusulas de restrição, a Emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4, apurado semestralmente.

- **Acordo preliminar**

Em 08 de julho de 2021, foi realizado o pagamento integral do acordo preliminar firmado em 29 de junho de 2021 com o Estado de São Paulo no montante de R\$ 585.000, que tinha como vencimento 14 de julho de 2021.

* * *

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa	Presidente
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Vice - Presidente
Marcio Yassuhiro Iha	Conselheiro

Composição da Diretoria

José Salim Kallab Fraiha	Diretor Presidente DRI
Fábio Russo Corrêa	Diretor de Engenharia e Operações

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial -

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme nota explicativa 1.1 às informações contábeis intermediárias, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("Instrumento") do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos relevantes desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais. Conseqüentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2021 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2021.

Barueri/SP, 12 de agosto de 2021.

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA
Diretor de Engenharia e Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2021.

Barueri/SP, 12 de agosto de 2021.

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA
Diretor de Engenharia e Operações